



Democracia, o deus que falhou: A Economia e a Política da Monarquia, da Democracia e da Ordem Natural

Hans-Hermann Hoppe

Tradução de Marcelo Werlang de Assis

São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. (372 páginas)

ISBN: 978-85-8119-079-2

No romper do século XXI, o autor alemão Hans-Hermann Hoppe publicou a sua mais emblemática obra, marcante pela invulgar coragem com que conduz pressupostos teóricos fundamentais às suas máximas conclusões lógicas, mas, sobretudo, por perseverar com afinco na tentativa de inspirar uma revolução intelectual contra a legitimidade que a democracia detém. Foi em 2001 que *Democracy – The God That Failed* teve a sua primeira edição publicada originalmente em inglês. Em 2014, este conjunto de treze ensaios chega até nós na edição brasileira *Democracia, o deus que falhou* graças ao empenho do Instituto Ludwig von Mises Brasil e à tradução da autoria de Marcelo Werlang de Assis. Ainda que possam ser lidos de forma isolada sem prejuízo da sua clareza e coerência, a leitura integral dos ensaios oferece uma lúcida e bem encadeada defesa da alternativa proposta por Hoppe: a defesa de uma ordem natural de leis privadas.

A metodologia do autor poderá ser desconcertante aos olhos de quem tiver preferências mais empiristas. Ainda assim, essa até parece ser uma das motivações que o levam a basear-se na lógica dedutiva a partir do conhecimento *a priori*; argumentando a partir de proposições irrefutáveis cuja validade não depende da observação, Hoppe afirma que “*estes estudos são tudo o que um positivista alega que não se pode e não se deve fazer*” (p. 30). Não só se arrisca a enveredar por essa postura epistemológica como ainda confere uma tal fluidez e simplicidade aos argumentos que nos leva a crer que, se defendidos com menos convicção por outra pessoa, poderiam parecer mais frágeis.

Não obstante o radicalismo de algumas das suas conclusões, não existe qualquer pretensão de se afirmar inovador na esfera intelectual libertária, mostrando reconhecimento por todos os contributos académicos e amizades que confluíram neste seu exercício e que lhe têm servido de inspiração e de ensinamento ao longo dos anos. Numa obra enriquecida pelas numerosas e extensas notas de rodapé, denota-se em Hoppe, a título de exemplo, a clara influência da escolástica de Salamanca ao fundamentar-se no direito natural; de Gustave de Molinari (1819- 1912) e de Murray N. Rothbard (1926-1995) pela forma como apresenta a defesa da produção privada de segurança; de Ludwig von Mises (1881-1973) pelo permanente recurso à praxeologia e pela apologia à autodeterminação e secessão; de Robert Nisbet (1913-1996) na crítica ao atomismo social estatizante e à crise das hierarquias tradicionais; de Philippe Rushton (1943-2012) nas preocupações quanto à integração forçada de imigrantes e ao “empobrecimento genético”; de Étienne de la Boétie (1530-1563) no realçar da relação entre poder do governo e opinião pública, entre muitas outras referências que podem ser verificadas e compreendidas pelos leitores.

Em traços gerais, *Democracia* é uma interpretação econômica e filosófica da história e salienta os incentivos associados ao governo de propriedade privada e ao governo de propriedade pública – monarquia e democracia respectivamente – com o intuito de compreender o crescente expansionismo dos governos que coincidiu com a “americanização da Europa”, ou seja, com a

transição da era das monarquias tradicionais hereditárias para a era das repúblicas democráticas. Assumidamente revisionista, esta leitura da história pretende evidenciar, por um lado, o efeito de descivilização decorrente de qualquer monopólio territorial com poder de tributação, em especial da democracia moderna. Por outro lado, procura demonstrar que, desde sempre, todas as grandes mudanças que abalaram a legitimidade de governos brotaram por força das ideias de uma elite intelectual e da respectiva capacidade de serem digeridas e impregnadas na opinião pública. As ideias – sejam elas falsas ou verdadeiras – mantêm a coesão dos súditos e é o consentimento dos súditos que mantém o governo legitimado. Quando deixa de existir aceitação a uma escala considerável entre a opinião pública, o governo treme.

O principal mérito que faz deste livro uma leitura aconselhável a todas as pessoas que perderam a fé na democracia, às que nunca a tiveram, ou especialmente àquelas que possam ainda estar inebriadas com o menor dos males, tolerando as suas constantes falhas éticas e econômicas, é o de contribuir para reavivar o ceticismo que sempre esteve presente nas obras dos grandes teóricos políticos, mas que é agora complementado e cunhado pelas marcas da experiência que a democracia tem deixado no seu próprio caminho. Como nos lembra Hoppe, *“até mesmo entre os poucos defensores teóricos da democracia – como [Jean-Jacques] Rousseau [(1712-1778)], por exemplo –, é praticamente impossível encontrar qualquer pessoa que defenda a democracia para agrupamentos humanos que não sejam comunidades extremamente pequenas (aldeias ou cidades)”* (p. 137).

A severidade com que desmistifica a democracia atesta a segurança com que a identifica como a grande propulsora de toda uma série de males que se reforçam mutuamente e que têm vindo a afligir as sociedades ocidentais nas últimas décadas. Começando pelos males decorrentes do monopólio da força, que deram à democracia margem para fazer deflagrar guerras totais de cariz ideo-

lógico – das quais a I Guerra Mundial foi o primeiro exemplo, segundo Hoppe –, até ao igualitarismo em que está fundamentado o princípio de liberdade de entrada nos cargos governativos, todo o sistema de incentivos gera uma propensão da sociedade para a gratificação imediata e para um declínio civilizacional. Assim sendo, o autor considera que este declínio civilizacional fica visível no endividamento dos estados, nas taxas de juro, no infundável parasitismo assistencialista, na imprevisibilidade da lei que fica à mercê das inconstâncias e arbitrariedades do legislador, nos altos níveis de criminalidade, no declínio da qualidade genética da população, na desagregação da família e na crise de hierarquias e de autoridades privadas.

A democracia cravou o último prego no caixão das elites naturais. Aquilo que Hoppe designa de “infantilização” da sociedade é um processo alimentado pela afirmação da hegemonia dos estados democráticos de bem-estar social que têm institucionalizado e encorajado as piores inclinações do homem, entre as quais se destaca o desejo de apropriação de bens alheios. Neste ambiente, são muito diminutos os incentivos à produtividade e ao zelo nas virtudes privadas.

Que audaciosa forma de escape o economista e filósofo alemão propõe para nos livrarmos de uma “servidão voluntária” que aparenta ser, na prática, uma imposição irreversível e sem saída, dada o inescapável poder de que gozam os monopolistas democráticos? A solução passa pela secessão e descentralização em favor da multiplicação de regiões independentes, sem descurar a cautela na definição de estratégias que minimizem a possibilidade de repressão estatal e de resistência da opinião pública contra os movimentos separatistas.

Embora, do ponto de vista dos liberais clássicos, se possa acusar Hoppe de estar a empreender tempo útil em utopias ingênuas que negam a experiência política e que contestam a utilidade dos antídotos democráticos e constitucionais, a verdade é que não se depreende desta obra a ilusão ou ambição

de pôr em marcha uma revolução libertária alargada, ao estilo daquilo que é hábito encontrar no imperialismo mundialista das sociais-democracias. A forma como encoraja os seus leitores a agir no sentido de deslegitimar a democracia e a ilusão dos freios e contrapesos constitucionalistas só pode ser interpretada como “uma mão cheia de nada” num meio intelectual que se tenha habituado a baixar os seus padrões de exigência e a ceder ao conformismo face aos erros dos sistemas instituídos em determinado momento.

Ironicamente, a resistência contra esta alternativa de Hoppe acaba por poder servir para reforçar o argumento referente à relação entre opinião pública e governo; é a força das ideias dominantes que determina o curso da história por ação de uma elite intelectual que coopera para fazer sobreviver um dado governo; governo este que não se questiona enquanto aquelas ideias não forem abaladas e substituídas por outras.

A exigência hoppeana e a sua falta de fé nos mecanismos preconizados pela teoria da escolha pública servem para facilitar o contraste do ideal anarco-capitalista com os defeitos da democracia e da monarquia. Posto isto, em nenhum ponto da obra é sugerida a ideia de que será possível alcançar em absoluto uma ordem natural ou de que não satisfatório ficar um pouco aquém desse ideal. Naturalmente, e em linha com o pensamento de Hoppe, será preferível viver numa Suíça que goza de autonomia cantonal, numa monarquia como a de Liechtenstein, ou num país do báltico que tenha executado uma estratégia de privatização dos meios de produção após a desagregação da União Soviética, do que viver numa social-democracia fortemente centralizada ou na antiga URSS. Aquilo que o autor alemão pretende fazer não é menosprezar o liberalismo clássico, mas sim expor-nos as incoerências que ele que considera estarem no âmago do fracasso liberal que se tem arrasado até a atualidade. Se a democracia não tem abrandado a violação sistemática da propriedade privada e, muito pelo contrário, se tem incentivado essa violação por meio de trans-

ferências de bens não consentidas, gratuidade de serviços custeados por impostos, expansão burocrática, belicismo crescente e regulações que restringem a concorrência, será razoável querer evitar abordar as contradições que se apresentam aos minarquistas? Isto porque, se o contratualismo hobbesiano é ilusório e se nenhum grupo de governados estaria racionalmente disposto a assinar um contrato que sujeitasse os futuros governados à escravidão permanente, existe uma contradição no modelo minarquista porque “é impossível obter uma justificativa para a existência do governo a partir de contratos explícitos entre donos de propriedades privadas” (p. 264).

Não está em causa saltar para o vazio. O que este economista da Escola Austríaca recomenda é que sejam exploradas tentativas de descentralização para contrariar paulatinamente a pujança dos governos democráticos em expansão e o mundialismo homogeneizador. Em consonância com estas tentativas, recomenda-se também que agências privadas de segurança substituam o papel que tem vindo a ser monopolizado pelos governos e que lhes tem deixado a porta aberta para abusarem do exercício das suas funções, levando ao declínio da qualidade do serviço e ao aumento do preço. Recuperando a comparação com o governo de propriedade privada, à monarquia associam-se guerras localizadas, motivadas por disputas territoriais, enquanto as democracias trazem-nos guerras motivadas por disputas ideológicas, instigadas por ideais abstratos e responsáveis por danos de abrangência semelhante aos que resultam de catástrofes naturais.

Hoppe tem uma forma lapidar de explicar a contradição que existe em acreditar que a democracia é aliada da liberdade e da melhoria do bem-estar: “Liberdade de entrada e livre concorrência na produção de bens é algo positivo, mas livre concorrência na produção de males é algo negativo” (p. 313). Se esta proposição é perfeitamente entendida se pensarmos em concorrência no domínio da criminalidade, não menos lógico será aplicar a mesma ideia à concorrência que se forma em torno da

massiva redistribuição da riqueza dos estados de bem-estar social. Segundo Hoppe, estamos perante uma máfia que se interessa somente por favorecer aqueles que gozam de privilégios funcionais e por tirar o máximo proveito do uso atual dos bens que administra, desprezando o valor dos períodos de produção e formação de provisões para o futuro como é próprio das crianças; preferindo gastar os bens presentes do que a poupança na expectativa de melhorias futuras, os governos democráticos desencadeiam uma cultura de parasitismo, desperdício, consumo, hedonismo, coletivização das responsabilidades pessoais e desmoralização da sociedade. No caso das monarquias, apesar de também poderem dar azo a alguns excessos, o respeito pelo direito de propriedade consegue estar mais salvaguardado porque, sendo uma economia de propriedade privada, tem interesse na capitalização do lucro do monopólio territorial, ou seja, tem interesse na poupança, na prosperidade e paz, e na conservação de respeitabilidade perante os governados. Herdando as próprias dívidas em que se possa aventurar, um governo monárquico tende a seguir uma conduta mais moderada e uma política tributária pouco penalizadora para a economia.

Dois capítulos são dedicados à questão da imigração e aqui pode residir o ponto mais polémico para muitos liberais clássicos e libertários. O autor deduz que a imigração, na forma como é gerida pelos estados democráticos, perfaz um atentado contra o bem-estar dos nativos; a livre concorrência de bens implica o consentimento de ambas as partes contratuais, contudo, a imigração livre permite uma invasão estimulada pela propriedade pública do território e pela indiferença dos governos democráticos quanto a prejuízos futuros que possam advir dessa entrada indiscriminada de imigrantes. Por não estar em causa nenhum convite, consentimento e desejo expresso por parte de quem recebe os novos imigrantes, Hoppe não hesita em conciliar a defesa de imigração restrita com livre comércio uma vez que vê a política de fronteiras abertas como mais uma forma de degeneração urbana,

empobrecimento genético e de exploração do assistencialismo num ciclo vicioso. Em síntese, visto que políticas não discriminatórias são contrárias à defesa da propriedade privada e à livre concorrência, a política de imigração não pode escapar a esta lógica.

Os inimigos do libertarianismo que estão na mira de Hoppe não são apenas aqueles que ocupam o *status quo* social-democrata, militarista e multiculturalista no século XXI. Defensor de um libertarianismo conservador, anti-igualitário, elitista, valorizador da aristocracia natural, simultaneamente crítico do relativismo cultural, da disfunção familiar e do assistencialismo estatal, o autor identifica dois diferentes grupos que têm seguido, no seu entender, duas receitas incoerentes e contraproducentes: o grupo dos “conservadores buchananistas” e o grupo dos “libertários contraculturais”. Os adeptos do primeiro grupo, ao tentarem aliar economia social/socialista ao conservadorismo cultural, não se apercebem de que o próprio assistencialismo público e as políticas eleitorais de redistribuição serviram de terreno para o germinar da degeneração social e moral por permitirem que os estados minassem a autoridade e as funções primordiais da família. Por sua vez, os adeptos de um libertarianismo persuadido pela contracultura esquerdista, ao alinharem com o relativismo cultural que é avesso a qualquer autoridade, acabam por acreditar que uma sociedade libertária seria viável sem uma ordem moral conservadora e sem discriminação de estilos de vida perversos e desequilibrados. Para Hoppe, só foi possível chegar a uma tão agressiva degeneração nos nossos dias, graças aos estados assistencialistas que perpetuam os males e que até beneficiam deles ao explorarem os ressentimentos de uma legião de dependentes para fins eleitorais.

O argumento moral de Hoppe contra a democracia é indiscutivelmente corajoso, pertinente e cuidadosamente justificado nesta obra. Porém, mais discutível e um pouco menos convincente é o ponto em que defende que os conservadores devem ser libertários intransigentes e que os libertários devem ser conservadores. Por muito que se simpatize

com a coerência do autor no esboçar de possível complementaridade do libertarianismo com a defesa da moral tradicional conservadora, o apelo a uma aliança entre libertarianismo e conservadorismo não pode negligenciar – como aparenta ser o caso, quando Hoppe descarta Russell Kirk (1918-1994) para o grupo dos “comentaristas superficiais” (p. 238) – as inúmeras tensões que podem ser encontradas entre os dois lados, a começar pela abordagem racionalista do liberalismo e pelo foco no indivíduo, em contraste com a consideração holística do conservadorismo que tem por refe-

rência os organismos duradouros da sociedade. Outra possível tensão será a de decidir se o princípio da liberdade tem primazia ou se, em sintonia com o posicionamento conservador, devem ser os princípios morais a ter precedência a todos os outros. Tensões à parte, *Democracia* é uma obra essencial que abona em favor da desejabilidade de uma ordem descentralizada, culturalmente heterogênea e pacífica, amiga dos contratos livres e que preserva em si capacidade de reação contra os riscos de descivilização que atentem contra essa ordem natural. ∞

Daniela Silva

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Mestre em Governação, Competitividade e Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro
daniellasofiasilva@gmail.com